

Domingo, 5 de junho de 2022

Governo bloqueia recursos de 8,7 bilhões no orçamento e não incluiu ainda reajuste de 5% para servidores

O governo federal praticamente cancelou a proposta de 5% de reajuste salarial para os servidores públicos federais, que poderia beneficiar todo o funcionalismo sendo este ativo ou aposentados para fomentar um aumento no vale-alimentação dos trabalhadores, dessa forma, aposentados não serão contemplados, contudo, como toda semana o governo muda de ideia e com prazo para real definição até o final de junho, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pode ser que diante da pressão da categoria, aconteça um recuo da decisão.

Há meses a luta de todo o funcionalismo público é para que não só os policiais tenham aumento de salário. Como já se sabe e não é de hoje, nós, servidores públicos federais, tivemos aumento há cinco anos atrás e apesar de perdermos para a inflação um percentual de 39%, estamos na luta por reposição salarial de 19,99%, ao menos, que se refere apenas aos três últimos anos do governo Bolsonaro.

O governo federal nem sequer conversou conosco em mesa para podermos discutir a nossa pauta salarial. O que ele fez foi anunciar de maneira informal uma cogitação de 5% para todo o grupo e isso, foi noticiado na imprensa sem direito à reunião com representantes de nossa base e que já gerava na categoria uma insatisfação enorme, tendo em vista de que 5% não pagam prejuízos adquiridos durante todo esse processo de desfalque.

Na última sexta-feira(3), o governo confirmou seu desinteresse em respeitar os servidores quando anunciou bloqueio de 8,7 bilhões de recursos, bem abaixo dos 14 bilhões que estavam previstos nas regras do teto de gastos e que incluía o aumento de gastos obrigatórios, como o Plano Safra e pagamento de precatórios, e os recursos necessários para conceder um reajuste de 5% a todos os servidores.

Agora, com os ministérios na berlinda, segundo anunciam seus representantes, o castigo recai nos trabalhadores que lidam com inflação abusiva e total desvalori-

zação dos serviços públicos. É uma exaustão tamanha a luta contra quem deveria estar lutando pelos nossos direitos, mas não recuaremos. Os servidores, inclusive os aposentados, não merecem esse descaso. Uma vida de lutas servindo à população brasileira não pode ser jogada no lixo por dirigentes de um país com famílias que vivem em constantes desafios econômicos.

A jogada do presidente é clara: ele reduz o orçamento para os serviços públicos e os ministérios pedem socorro. Com o anúncio de que as obras serão paradas, ele corta o que considera não-prioridade dentro de todo esse planejamento e, a não-prioridade do presidente é o bem estar dos trabalhadores, até porque, obras paralisadas a essa altura do campeonato não pega bem para o mesmo.

As artimanhas de Bolsonaro e sua trupe, em tempos de campanha eleitoral, não poderiam surpreender o nosso sindicato que está atento a cada passo do governo em relação a essa questão. Dinheiro tem e muito. Isso é visível quando analisamos o fundo eleitoral de R \$4,9 bilhões. E se a desculpa para não investir nos serviços públicos é a emenda constitucional 95, (EC do teto de gastos), que limita os recursos no orçamento, então, essa emenda deve ser revogada.

Há dias atrás, ministros militares foram pauta de notícias com seus bolsos explodindo dinheiro. Só o general Luiz Eduardo Ramos, por exemplo, que é ministro da Secretaria-Geral, recebeu R \$874 mil já que não foi aplicado teto salarial. Uma falta de respeito do presidente, que também lucrou com esse esquema. É lamentável que exista um teto para os serviços públicos mas não exista para salários de ministros.

O Sindsprev está engajado nessa luta. Vamos fazer pressão em articulação com as centrais sindicais e movimentos dos trabalhadores em busca do reajuste salarial. Faremos pressão no Executivo, pressionaremos os parlamentares e não descansaremos enquanto não formos atendidos.